

# A IDIOSUBJETIVAÇÃO: UMA APRESENTAÇÃO

Rubens Casara<sup>1</sup>

“O medo nos governa. Essa é uma das ferramentas de que se valem os poderosos, a outra é a ignorância” (Eduardo Galeano)

Desde o nascimento, cada pessoa passa a viver, consciente ou inconscientemente, a partir de certos princípios, regras e ideais, mais precisamente, submetida àquilo que o sujeito é levado a compreender como a verdade, a beleza e o bem. Cada sujeito é sempre o produto de uma trama que une linguagem, princípios, regras e ideais. Manipular ou alterar esses princípios e ideais, transformando a compreensão do que seja a verdade, a beleza e o bem, portanto, significa a possibilidade de construir um novo sujeito. Por subjetivação entende-se, justamente, o processo dirigido à construção do sujeito.

A partir de um conjunto de atos que se iniciam no nascimento, momento em que cada um de nós é lançado na linguagem, dá-se progressivamente a constituição de um sujeito. Se a linguagem sempre antecipa sentidos, também é verdade que esses sentidos podem ser alterados e manipulados pela ação humana. O que era correto pode passar a ser percebido como errado; o que ontem era lícito, hoje pode ter se tornar criminoso. O que era considerado absurdo em um

---

<sup>1</sup> Formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1995); Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (2003) e Doutor em direito pela UNESA/RJ (2011). É juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, fundador do Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia (MMFD), membro da Associação Juizes para a Democracia (AJD) e do Corpo Freudiano. E-mail: casara@uol.com.br

determinado contexto de tempo e espaço (como por exemplo, o divórcio), não raro, passa a ser sentido como natural.

Esses atos que constituem o sujeito também levam à sujeição. A etimologia da palavra “sujeito” não deixa dúvida: ela deriva do latim *subjectus* e serve para designar aquele que se submete ou é subordinado a alguém ou a algo. O processo de subjetivação não produz apenas subjetividades, leva também necessariamente a um quadro de submissão, nem sempre consciente.

Diante da multiplicidade de formas de subjetivação, a questão passa a ser: que tipo de subjetividade se pretende criar ou, ainda, em que bases pode se dar a sujeição (e a dominação) das pessoas? Tem-se a sujeição pelo medo ou pelo convencimento, pelo mito ou pela ciência, pelo conhecimento ou pela ignorância, para citar alguns poucos exemplos. A subjetivação em concreto, nas sociedades modernas, parte da escolha de um processo a partir do qual se pretende alcançar um determinado objetivo ou atender a um projeto. Assim, a depender do processo de subjetivação, o indivíduo pode buscar superar a lógica de dominação a partir de diagnósticos adequados do tempo presente ou “aceitar” que “não existem alternativas” e que, portanto, se deve deixar as coisas “como elas estão”.

A dominação sempre precisa ser justificada por ideias e teorias. Todavia, quanto maior a opressão e maiores os absurdos que se originam do funcionamento normal de um dado regime político-econômico, mais difícil se torna justificar esse estado de coisas e legitimar a exploração. Diante desse quadro, tornou-se necessário mudar a estratégia de justificação. Para tanto, e cada vez com mais frequência, foi preciso encerrar a questão do passado e negar a história, sempre que os fatos se tornavam um obstáculo à dominação e ao exercício do poder de uns sobre outros. Mesmo o gesto de perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça no passado, passou a ser manipulado por aqueles que a cometeram. Em outras oportunidades, a ciência e o conhecimento adquirido através do método científico precisaram ser ignorados para que o detentor do poder econômico continuasse a lucrar. Mais do que reconhecer o caráter ideológico da ciência e da história oficial, ou mesmo o uso cínico do conhecimento, o projeto de manutenção do poder passou a exigir uma postura negacionista no meio social. Em resumo: hoje, se as crises, as guerras e as epidemias se tornaram oportunidades de negócios e fontes

de lucro, os conhecimentos e os saberes capazes de eliminar ou reduzir as crises, as guerras e as epidemias precisam ser ignoradas.

Com o tempo, no lugar de melhorar os argumentos e as justificativas apresentadas, investindo na ciência e na educação crítica voltada à emancipação, passou-se a optar por diminuir a capacidade de compreensão do absurdo, da história e das condições materiais que levam à dominação e à exploração da maioria por uma minoria que detém o poder político e/ou econômico. Nesse sentido, investiu-se na diminuição das exigências para o convencimento e a formação de consensos. A “verdade”, a “liberdade”, o “belo” e o “bem”, por exemplo, perderam importância e foram reduzidas no imaginário popular a valores negociáveis, quando não descartáveis.

A confiança, condição de possibilidade para a vida social e a redução dos conflitos morais, passou a exigir requisitos cada vez mais precários. Em meio a uma espécie de vale-tudo argumentativo, no qual a opinião despida de reflexão pode ter o mesmo valor que o conhecimento embasado em dados concretos ou produzido a partir de pesquisas, cada vez mais pessoas passaram a acreditar no que deveria ser tido por absurdo à luz do conhecimento e dos saberes até então produzidos. Investiu-se na alienação de pessoas, o que faz com que, muitas vezes, defendam posições contrárias aos seus próprios interesses.

Por evidente, essa produção de “desconhecimentos” e “equivocos” conta com a participação dos sujeitos a ela submetidos. Esses sujeitos se submetem, mas são também agentes ativos desse processo. É reconfortante “não saber” e “não se responsabilizar” pelo que acontece, sempre que o ocorrido se insere na esfera do indizível ou do profundamente desagradável. Pense-se nas pessoas que, em meio ao projeto nazista, optaram por não ter conhecimento do que acontecia, por mais que os judeus não tenham parado de ser caçados e de desaparecer ao longo dos anos de hegemonia da racionalidade nazista. A “ignorância é uma benção”, enuncia um ditado popular. Como percebeu Theodor W. Adorno, “é razoável supor que exista uma proporção entre o gesto de não-ter-sabido-de-nada e uma indiferença ao menos embrutecida e amedrontada”.<sup>2</sup> Pode-se, portanto, identificar

---

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020, p. 33.

uma dimensão ética, ligada à postura diante do outro, em fenômenos como a ignorância (o não saber) e à burrice (a incapacidade de cognição).

O “deixar-se enganar sem resistência” parece funcionar como um mecanismo de evasão, ou seja, como um recurso para evitar a solidão, a impotência, a angústia e as dificuldades impostas por causas socioeconômicas ou mesmo psicológicas. Essa espécie de fuga leva tanto à saída autoritária (recorrer a um terceiro ou a um grupo que pareça ser capaz de trazer a segurança e a tranquilidade desejada) quanto à saída conformista, com a supressão do pensamento crítico e reflexivo (visto como um fator capaz de criar ainda mais dificuldades à vida do indivíduo).<sup>3</sup>

O exemplo da manutenção do patriarcado, distorção sexista que conta com a contribuição de muitas mulheres, pode ser significativo. Em um primeiro momento, a dominação masculina foi justificada pela religião. Em um segundo momento, quando a religião deixou de dar conta da justificação dessa dominação, a “ciência” passou a apresentar “evidências” da posição de superioridade do homem sobre os indivíduos marcados como “mulheres”. O direito, por exemplo, “declarava” em diversas leis tanto a superioridade masculina quanto os direitos do homem sobre a mulher, inclusive sobre seu corpo. Por fim, quando a ciência passa a demonstrar que não há base científica para o patriarcado, a ignorância adquire o papel de condição de possibilidade para a manutenção da dominação masculina.

Por idiosubjetivação compreende-se esse processo de formatação de sujeitos voltado à construção de indivíduos egoístas, que negam a possibilidade do comum, e à potencialização da ignorância. A idiosubjetivação aparece como necessária à hegemonia e à manutenção do modo de pensar e agir neoliberal, que se caracteriza por tratar tudo e todos como objetos negociáveis, a partir de cálculos de interesse voltados à obtenção de lucro e/ou vantagens pessoais. A raiz etimológica da palavra *idiota* vem do grego *idios*, que significa “privado”, “sem compromisso com a vida pública”, “fechado em si”. Os *idiotas* eram, desde a Grécia, aquelas pessoas incapazes de um trabalho coletivo, do reconhecimento do comum ou de uma atuação pública. A *polis* nunca foi objeto de atenção do idiota. A política é um fenômeno (um procedimento de verdade) ligado ao coletivo; o

---

<sup>3</sup> Nesse sentido: FROMM, Erich. *El miedo a la libertad*. Barcelona: Paidós, 2000, pp 207-296.

idiota, por definição, alheio ao coletivo, é um ser político que detesta a política e não compreende o uso político que dele é feito.

Idiotas, portanto, são as pessoas que abdicam de atuações públicas ou projetos coletivos, isso porque detentores de uma subjetividade empobrecida que interdita o pensamento reflexivo. É essa subjetividade empobrecida que impede a reflexão sobre os fenômenos e qualquer ação transformadora. O idiota é forjado para acreditar que não deve ter compromisso com a vida pública, que inexistem alternativas ao modo de pensar e às formas de dominação hegemônicas. O dado é percebido, pelo idiota, como imutável ou como a obra de um poder superior e incontestável.

A idiosubjetivação permite, por exemplo, a manipulação da democracia e das ações humanas em um determinado contexto, permitindo, por exemplo, que o governo “de” e “para” uma minoria acabe percebido como um governo para o povo. Assim, o capitalismo produzindo as condições para a sua expansão, segue destruindo as condições de vida no planeta, sem que as pessoas sejam capazes de refletir sobre isso. A ideosubjetivação liga-se, portanto, à produção de um efeito ilusório que atende àqueles que, em interesse próprio, sustentam que as massas populares são incapazes de julgar corretamente e decidir o que fazer com a “coisa pública”.

Em outras palavras, a idiosubjetivação parte da premissa de que os cidadãos bem-informados, críticos e inconformados representam um obstáculo à manutenção do projeto neoliberal e aos interesses dos detentores do poder econômico, bem como uma ameaça em potencial àqueles que exercem o poder político. Não se trata, por evidente, de um processo recente. Idiotas, inocentes ou não, sempre foram úteis àqueles que pretendem dominar e/ou explorar outros seres humanos. A manipulação, distorção e apresentação parcial de fatos, bem como a formação deficiente de consciências, através de técnicas que produzem metamorfoses na percepção do público a elas submetido, foram fundamentais para manter uma minoria em posição de explorar a maioria. Fatos essencialmente prejudiciais à maioria eram apresentados como positivos ou associados a coisas que o público era incapaz de deixar de desejar: a crença de que o pobre explorado poderia se tornar o próximo rico explorador a partir de seus próprios méritos, por

exemplo, só foi possível diante do apagamento da percepção de que as condições materiais, em concreto, impedem a superação da condição de explorado.

### **Conter as maiorias**

As tentativas de submeter a vontade das maiorias aos interesses de uma minoria não são recentes. Basta lembrar que a história dos Estados Unidos da América pode ser contada a partir das tentativas dos detentores do poder econômico de restringir o poder popular. A própria Constituição Americana foi promulgada com o objetivo de sedimentar o poder de poucos sobre muitos, certo de que James Madison (1752-1836) chegou a declarar que a principal responsabilidade de um governante era a de “manter a minoria afortunada ao abrigo da maioria”.<sup>4</sup>

Esquecer o passado e manipular a realidade tornam-se úteis aos que exercem o poder político e/ou o poder econômico. O passado, por mais terrível que seja, é descontextualizado e apresentado como algo quase inocente, fruto da ação individual de pessoas boas ou más e, em relação ao qual, nada há para refletir ou aprender. A realidade, uma trama complexa que envolve o simbólico (os limites impostos pela e a partir da linguagem) e o imaginário (o conjunto de imagens e ideias formulados pelos indivíduos), torna-se empobrecida a partir de ações que levam a mutações tanto da linguagem, com simplificações que escondem a complexidade do mundo-da-vida e as relativizações dos limites, quanto das imagens e ideias produzidas pelo indivíduo.

Assim, por exemplo, foi necessário manipular subjetividades para que os mercenários que a história marcou como os *robber barons* (Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Cornelius e William Vanderbilt, etc.), que inicialmente eram percebidos como vilões (indivíduos egoístas envolvidos em escândalos que resultaram em concentração de capital, na formação de monopólios ou de “quase-monopólios”, em crises econômicas, em fraudes financeiras, em repressões brutais aos trabalhadores, etc.) tornassem-se heróis. Isso a partir de técnicas de

---

<sup>4</sup> Conforme: ELLIOT, Jonathan. The debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution, 1787. Lippincott: Philadelphie, 1836, p. 420.

“propaganda” que, hoje, poderiam ser apontadas como técnicas de idiosubjetivação.

Foram também técnicas voltadas à idiotização dos cidadãos norte-americanos, envolvendo a produção de cartazes, de livros, de filmes, de entrevistas e de intervenções no espaço público, postas em prática a partir da Chamada “Comissão Creel” (composta por jornalistas, intelectuais e cientistas sociais), que fizeram com que a maioria de um povo, antes pacifista e contrário à participação na 1ª Guerra Mundial, passasse a apoiar as aventuras bélicas estadunidenses. No Brasil, para citar um exemplo, apenas o processo de idiosubjetivação a que foi submetido o cidadão brasileiro explica a transformação em heróis do “combate à corrupção” de agentes públicos que comprovadamente violaram a lei e corromperam as bases do Estado Democrático de Direito no conjunto de processos judiciais que recebeu a marca “Lava-Jato”.<sup>5</sup>

De fato, impossível pensar as ideias de dominação, exploração e autoritarismo sem levar em consideração a extensão da ignorância e da confusão dos cidadãos que figuram como vítimas em potencial desses fenômenos. Como percebeu Adorno, “se as pessoas não sabem do que falam, o conceito de opinião perde muito de sua significação”.<sup>6</sup> Pior: se as pessoas passam a considerar a própria opinião, forjada na desinformação ou na mera reprodução da opinião alheia, como equivalente da verdade, instaura-se um quadro em que o debate público e a formação de consensos democráticos encontram obstáculos extremamente difíceis de serem superados. O indivíduo que está inclinado a se identificar com o mundo e a atuar a partir de suas certezas e opiniões, que passam a produzir efeitos de “verdade”, tem a tendência a não refletir sobre as condições existentes e a possibilidade de transformá-las.

A idiosubjetivação cresce junto aos fenômenos da extensão da democracia liberal (democracia meramente formal) e do aumento do poder das empresas. Liga-se, atualmente, a um imaginário em que as pessoas se percebem como empresas, tratam os outros como concorrentes a serem derrotados e/ou inimigos eliminados e reduzem o “racional” a cálculos de interesse.

---

<sup>5</sup> Sobre o tema: FERNANDES, Fernando Fernandes. Geopolítica da intervenção: a verdadeira história da Lava Jato. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

<sup>6</sup> ADORNO, Theodor W. Etudes sur la personnalité autoritaire. Allia: Paris, 2007, p. 230.

Em outras palavras, a idiosubjetivação torna-se cada vez mais necessária dentro de um contexto em que a democracia é vista como uma ameaça (e que, portanto, precisa ser manipulada ou destruída) aos lucros dos detentores do poder econômico e aos desejos egoístas das pessoas. Se a idiotização sempre foi útil à manipulação das pessoas na sociedade, ela torna-se imprescindível a partir da hegemonia da racionalidade neoliberal, um modo de pensar e agir que ignora a complexidade da vida social para reduzir o “racional” ao que pode ser retratado através de cálculos de interesse visando o lucro, o que exige relativizar todos os valores, princípios e limites, tratando-os a partir do registro das mercadorias. É preciso impedir a reflexão para tornar aceitável a demonização do comum, a eliminação da esfera do inegociável, a transformação de tudo e de todos em objetos negociáveis e a ilimitação na busca por lucros.

Em certo sentido, a idiosubjetivação vem ocupar o espaço da religião e da ciência na justificação dos atos de poder. Na realidade, a idiosubjetivação produz um modo de ver as coisas que acalma e torna suportável o sofrimento experimentado no mundo-da-vida. Tem-se, então, novas diretrizes para o indivíduo se orientar na vida. Tal qual a religião, a idiosubjetivação reforça uma ideia de “necessidade” ou “inevitabilidade” das coisas e dos fenômenos ou, mais precisamente, de que é necessário sofrer. Não por acaso, a idiosubjetivação pode se dar a partir do recurso a elementos e discursos religiosos. A explicação fornecida, nos dois casos, é apresentada como parte de um saber que é imune à crítica (uma vez que tem origem em “Deus” ou em outras figuras de autoridade inquestionável), como um refúgio diante de um mundo tendencialmente perigoso, incerto e opressivo, o que leva a um quadro de passividade e conformismo. Em uma sociedade de classes e desigual, essa passividade e esse conformismo, essa atitude resignada do indivíduo, servem apenas àqueles que querem manter a desigualdade e a opressão.

A idiosubjetivação insere-se como uma espécie de “engenharia social” capaz de naturalizar as opressões, de invisibilizar a dominação, de dividir os oprimidos e de dificultar (ou mesmo, impedir) qualquer forma de resistência ao exercício do poder. Com parcela considerável da população incapaz de qualquer reflexão ou ação transformadora, a formação de consensos, por vezes ilegais e

imorais, mas sempre desfavoráveis aos interesses materiais da maioria da população torna-se mais fácil.

As pessoas nunca estiveram imunes à influência da família, da escola, das universidades, da imprensa e das tradições em que estão inseridas. Diversos agentes e agências buscaram ao longo da história condicionar a liberdade e a reflexão. Em outras palavras, sempre existiram tentativas de direção cultural ou de fabricação de consensos. O processo de idiosubjetivação insere-se nesse movimento na medida em que potencializa a formação de consensos ao retirar/apagar elementos informativos e culturais que poderiam dificultar a aceitação da dominação. Para tanto, recorre-se a uma linguagem empobrecida, chavões argumentativos, frases feitas, pensamentos etiquetados e premissas que reproduzem preconceitos arraigados na sociedade.

Há uma correlação direta entre o “adoecimento da linguagem” e as fórmulas da idiotia.<sup>7</sup> Tem-se o esvaziamento tanto do peso da realidade quanto das condições para o pensamento. Em última análise, o pensamento e a correlata dúvida tornam-se impossíveis. Abre-se, diante desse quadro, espaço para os fundamentalismos, fenômenos baseados em certezas, ainda que delirantes. Instauram-se as condições para um funcionamento psíquico paranoico, no qual os limites externos (a ética, a lei, a Constituição, a verdade etc.) à ação humana são apagados e substituídos por uma espécie de lei imaginária, formada a partir das imagens empobrecidas de “empresa” e “concorrência”. A atividade humana, por sua vez, torna-se cada vez mais automática e alienada.

Pode-se constatar, a partir da análise dos textos produzidos para o grande público nas últimas décadas, a diminuição do conhecimento e do emprego lexical. Mas, não só. Para além da redução do vocabulário, há também o desaparecimento gradual de sutilezas linguísticas, de tempos verbais (particípio passado, subjuntivo etc.), dos deslocamentos de sentido (das metáforas, das metonímias e das ironias), elementos indispensáveis tanto à maior precisão dos atos comunicativos quanto à capacidade de melhor exprimir sentimentos ou de formular pensamentos complexos.

---

<sup>7</sup> Nesse sentido: SOUZA, Ricardo Timm de. *Crítica da razão idolátrica*. Porto Alegre: Zook, 2020, pp.33-50.

Muito da violência na esfera pública e na vida privada devem-se ao empobrecimento da linguagem, que é também o empobrecimento subjetivo, isso porque as pessoas se revelam incapazes de reflexões, de argumentações minimamente complexas, de entender explicações ou mesmo de elaborar suas próprias emoções. Em apertada síntese, a pobreza da linguagem leva ao desaparecimento do pensamento e à impossibilidade da crítica. De fato, diante do empobrecimento subjetivo, não só os diagnósticos adequados do tempo vivido se tornam impossíveis como também desaparece a capacidade de imaginar um outro mundo possível e de agir nessa direção.

A idiosubjetivação, portanto, mostra-se instrumental à manutenção das estruturas de opressão através do exercício do psicopoder, a saber: da dominação e/ou exploração de indivíduos sem que estes percebam que se encontram submetidos ao poder (e a serviço) do outro. A idiosubjetivação permite, por exemplo, que a opressão seja apresentada como uma manifestação da liberdade enquanto o indivíduo passa a explorar a si mesmo e a perceber as demais pessoas, não como potenciais aliados na luta contra a opressão, mas como concorrentes que precisam ser vencidos ou eliminados.

### **Manipular as paixões, os afetos e produzir o estilo paranoico.**

A manipulação dos desejos e afetos, com destaque para as paixões (como sugere Lacan: o amor, o ódio e a ignorância), sempre foi fundamental às estratégias populistas que exigem a distinção entre o “nós” (sempre totalizante, identitário e excludente) e o “eles” (a representação da “diferença”, tendencialmente ameaçadora). Pode-se, portanto, dizer que há uma espécie de “verdade subjetiva”<sup>8</sup> (constituída pelo amor, pelo ódio, pela raiva, pela compaixão, pela inveja etc.) que entra na disputa política. Isso porque os desejos e afetos estão diretamente ligados à possibilidade de ação do corpo e, ao mesmo tempo, pela produção das ideias de cada pessoa. A produção dos sentidos a partir dos significantes comuns a todos também é condicionada por isso que aqui se está a chamar provisoriamente de “verdade subjetiva”.

---

<sup>8</sup> Sobre o tema: LORDON, Frédéric. *La société des affects*. Paris: Seuil, 2013, p. 241-243.

Ao se analisar os desejos e afetos que constituem o campo da “verdade subjetiva”, porém, é fácil perceber que eles não são vícios ou negatividades da natureza humana, como já havia percebido Spinoza, mas elementos constitutivos do ser-no-mundo, mais precisamente, o resultado de processos através dos quais essa “verdade” é objetivamente produzida a partir de um contexto. Pode-se, portanto, identificar uma “verdade subjetiva” típica do modelo de exploração neoliberal ou, em outras palavras, duas verdades objetivas: a verdade objetiva da mais-valia, das ações empreendidas na busca tendencialmente ilimitada por lucros, e a verdade objetiva da produção dos desejos (como, por exemplo, o desejo de consumir) e afetos inerente ao capitalismo.

A idiosubjetivação é esse processo de criação e manipulação das paixões mortíferas do capitalismo, em especial do ódio e da ignorância, afetos que resistem à representação, mas que são úteis em um modelo de exploração/dominação que se baseia na luta concorrencial e na busca tendencialmente ilimitada por lucros ou vantagens pessoais.

O ódio na cena social e na política nada tem de novo. Freud já dizia que o homem, com sua cruel agressividade, é uma “besta selvagem a quem é estranha a proteção da própria espécie”. Para ele, a agressividade, e o correlato ódio, estariam ligados à pulsão de morte, ao desejo de retornar ao inanimado e, portanto, à ausência de tensões. Pulsão de morte que a racionalidade neoliberal (modo de compreender e agir no mundo que trata tudo e todos como objetos negociáveis ou descartáveis) estimula e potencializa. Como percebeu Byung-Chul Han, o “capitalismo representa a forma econômica na qual o ser humano, na condição de besta selvagem, pode viver e aproveitar melhor a sua agressividade”.<sup>9</sup> O ódio, portanto, que sempre foi útil aos modelos de produção e exploração, no capitalismo se torna o afeto mortífero por excelência, a paixão capaz não só de gerar vitórias na luta concorrencial como também de criar novas oportunidades de lucro (guerras, embargos comerciais, etc.).

Com a hegemonia neoliberal, o ódio passou a ser tratado a partir do registro das mercadorias e utilizado para potencializar os lucros. Com isso, aparece “um discurso legitimador do ódio e da violência que apresenta uma sinistra evolução

---

<sup>9</sup> HAN, Byung-Chul. Capitalismo e impulso de morte. Rio de Janeiro: Vozes, 2021, p.9.

do mal dirigido ao outro: o mal é autorizado, banalizado e em seguida legalizado”.<sup>10</sup> O ódio torna-se inerente à concorrência, está o modelo padrão para todas as relações (que se tornam potencialmente mortíferas) entre as pessoas (o outro sempre visto como ameaçador, dentro da lógica excludente do “você ou eu”).

Mas, como Lacan já havia intuído, os afetos se misturam, aproximam ou transformam. A relação entre o amor e o ódio, por exemplo, é tão estreita que nunca se sabe quando um perde e o outro assume o posto de afeto preponderante. Não por acaso, há quem diga que o amor só acaba quando se supera o ódio e se chega à indiferença. Lacan, a partir de suas observações, cunhou o neologismo *hainamoration*<sup>11</sup> (*amoródio*) para dar conta dessa combinação de afetos. Aliás, como explica Quinet, o ódio nunca aparece sozinho: da mesma maneira que ele se acopla ao amor, o ódio se funde, coloniza e amplifica a ignorância. Tem-se, nesse último caso, o ignoródio<sup>12</sup>: a combinação de duas paixões úteis à manutenção da hegemonia capitalista na medida em que estimula o ódio, dificulta a solidariedade, desconsidera os avanços científicos e demoniza o conhecimento que poderia libertar da exploração.

O ignoródio, estimulado de maneira objetiva pelas técnicas de idiosubjetivação, leva a uma espécie de amor ao igual, avesso a qualquer resistência do outro, o que só é possível diante da linguagem empobrecida, é que explica o ódio ao diferente, a quem se coloca contra esse projeto totalizante e a essa reação em cadeia do igual. Vale lembrar que Freud já identificava nos casos de paranoia um amor ao igual, que por não ser reconhecido e correspondido se tornava insuportável a quem amava. Esse ódio, que nasce do amor ao igual e da comodidade gerada pelo pensamento simplificador, direciona-se à alteridade que retarda a velocidade e a operacionalidade da comunicação entre iguais, coloca em questão as certezas e desestabiliza o sistema.

Quem ousa ser diferente, e pensar para além do pensamento simplificador estimulado a partir dos processos de subjetivação, deve ser eliminado, simbólica ou fisicamente, em atenção ao projeto neoliberal. O outro, o que pensa diferente,

---

<sup>10</sup> QUINET, Antonio. A política do psicanalista. Rio de Janeiro: Atos e divãs, 2021, p. 117.

<sup>11</sup> LACAN, Jacques. Seminário, Livro 20: mais ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

<sup>12</sup> QUINET, Antonio. A política do psicanalista. Rio de Janeiro: Atos e divãs, 2021, p. 118.

mais do que um concorrente, passa a ser percebido como um inimigo a ser destruído. Formam-se bolhas incomunicáveis.

É o *ignoródio*, portanto, que permite a negação da diferença, o ódio ao saber, o anti-intelectualismo e a ode à ignorância. Uma negação que produz efeitos na economia psíquica, potencializando neuroses, perversões e paranoias. Aliás, a formatação de quadros mentais paranoicos (o que se poderia chamar de “estilo paranoico”) é condição de possibilidade para a versão ultra-autoritária do neoliberalismo, como ocorre no Brasil pós-democrático de Bolsonaro ou nos Estados Unidos de Trump.

De fato, o capitalismo, segundo Dany-Robert Dufour, após consumir os corpos (a noção de “corpos produtivos” é, nesse sentido, um excelente exemplo), passou a consumir os espíritos, como “se o pleno desenvolvimento da razão instrumental (a técnica), permitido pelo capitalismo, se consolidasse por um déficit da razão pura (a faculdade de julgar a priori quanto ao que se é verdadeiro ou falso, inclusive bem ou mal). É precisamente esse traço que nos parece propriamente caracterizar a virada dita ‘pós-moderna’: o momento em que uma parte da inteligência o capitalismo se pôs a serviço da redução de cabeças”.

A racionalidade neoliberal, que transforma tudo e todos em objetos negociáveis, e só se preocupa com o lucro e a acumulação do capital, além de elevar o egoísmo à condição de virtude, produz um fenômeno: a dessimbolização, o desaparecimento dos valores e dos limites que condicionavam a civilização. A partir da diminuição de importância tanto da dignidade humana quanto de valores como a “verdade” e a “liberdade”, que cada vez mais passaram a ser tratados como se fossem “mercadoria”, as explicações forjadas na modernidade, que procuravam dar conta de um mundo em que o ser humano não mais seria instrumentalizado, de um mundo em que o sujeito seria o centro de referência para todos os fenômenos, se tornaram obsoletas.

Essa dessimbolização/mutação do simbólico gera modificações sensíveis na posição dos indivíduos. Quanto menos limites tiver, e mais “livre” (e acrítico) for o indivíduo, e o eleitor em particular, quanto mais esvaziada a linguagem, maior a possibilidade de que a sua postura, o seu voto e as suas manifestações políticas potencializem o arbítrio.

A idiosubjetivação, com o correlato esvaziamento da linguagem, leva a distorções na percepção da realidade e nas práticas políticas, inclusive no julgamento típico do momento de votar. Ao desaparecer o justo *a priori*, quando a política fica reduzida à identificação dos “amigos” e dos “inimigos” (e a correlata guerra entre eles), se os valores e limites democráticos encartados na Constituição da República são desconsiderados, o voto passa a depender exclusivamente do imaginário de um eleitor egoísta e acrítico.

As leis, que regulavam o gozo e impunham limites externos ao sujeito, cada dia mais passam a ser relativizadas ou ignoradas. Pessoas passaram a agir sem qualquer limite em um mundo percebido como sem limites. Desaparecem os limites externos (lei simbólica) à ação, substituídos pela imagem que cada um faz do que deveriam ser os limites (lei imaginária). Avanços tecnológicos levaram à crença de que tudo é possível. A técnica, como toda manifestação carregada de ideologia, ilude e nubla a percepção do sujeito. Ao mesmo tempo, o capitalismo, em sua nova versão sem luvas, revela-se insaciável: não há limites ao lucro e à acumulação do capital (os inimigos do mercado e do capitalismo financeiro devem, portanto, ser neutralizados). O egoísmo tornou-se uma virtude.

Essa mudança da economia psíquica, do sujeito neurótico, preocupado e atormentado com os limites e a tradição em que foi lançado ao nascer, para o sujeito psicótico (ou, na melhor das hipóteses, o sujeito perverso), que desconhece (ou goza ao violar) limites, acaba por produzir mudanças profundas no indivíduo. Abre-se à porta para o “estilo paranoico”.

O mecanismo essencial da psicose, como lembrou Jacques Lacan, é a forclusão do Nome-do-Pai, ou seja, em apertada síntese: a não-inclusão da norma edípica. O “não”, aquilo que figura como limite externo imposto por um terceiro (e os mitos trabalhados por Freud, tanto o do Édipo quanto o do Pai da Horda, são narrativas sobre a existência de limites), deixou de ser introjetado pelo sujeito. Um indivíduo que não reconhece o “não” (o não poder agir fora dos limites da lei adequada à Constituição da República; o “não” que veda tratamento discriminatório entre homens e mulheres; o “não” que veda a tortura e a pena de morte; o “não” que assegura a dignidade da pessoa humana etc.), atua fora dos marcos democráticos, uma vez que a existência de limites ao exercício do poder, inclusive ao poder econômico, é condição de possibilidade da vida democrática.

Aquilo que foi foracluído do lado de dentro, retorna com força no lado de fora, no mundo sensível, na rua, sob a forma de delírios ou alucinações (não por acaso, ao clínico interessa o retorno do foracluído). No caso de um eleitor marcado pela dessimbolização, o que foi foracluído retorna no momento do voto e, principalmente, na adesão a versões parciais, na formação de convicções que substituem a verdade e nos quadros mentais que condicionam sua atuação no mundo-da-vida e suas paixões políticas.

A dessimbolização explica, em grande parte, a razão pela qual pessoas que necessitam de políticas sociais voltadas à redução da pobreza votem em políticos comprometidos com o fim dessas políticas ou que mulheres que se afirmam feministas (por *fake feminist* entende-se a adesão ao discurso feminista para se juntar a um movimento que está na moda ou como uma espécie de justificação de gênero para o fracasso pessoal) prefiram votar em homens a em outras mulheres feministas.

A partir da não introjeção dos limites, a realidade do sujeito da psicose, em especial do paranoico, torna-se povoada por criações inconscientes projetadas nos parentes, vizinhos, colegas ou em pessoas com visibilidade. Os delírios ou versões alucinadas a que adere o sujeito passam a influir na vida pessoal e no trabalho. Forma-se ódio onde antes existia inveja e ressentimento. Lula da Silva, por exemplo, foi vítima desse ódio.

No Brasil, para que a eleição de Jair Bolsonaro se tornasse possível, a verdade perdeu importância diante das certezas, ainda que delirantes, dos seus eleitores. Pense-se, por exemplo, nos ganhos sociais de um governo que podem ser ignorados a partir da “certeza” da “ameaça comunista”. Ou nos discursos de ódio que são relevados diante da “certeza” de que não passavam de uma “brincadeira”. Ou da naturalização do tratamento subalterno reservado às mulheres através da “certeza” de que o “machismo não existe” (vale lembrar, mesmo no campo da esquerda, dos simpáticos “neologismos” como “co-governadora” e “co-presidenta”, que disfarçavam a opção preferencial – e machista – por candidatos homens, mesmo diante das regras eleitorais que aumentaram as verbas do fundo partidário para candidaturas de mulheres).

Deu-se, na eleição de Bolsonaro, o primado da hipótese sobre o fato, uma vez que a voto distanciou-se da realidade (trama simbólico-imaginária) para

atender à certeza delirante (mero imaginário) do eleitor idiosubjetivado. O paranoico, mesmo que muitos não percebam (e o paranoico, não raro, é um fingidor), cortou os laços com as exigências da civilização. Em outras palavras, a sua recusa aos limites significa que ele não admite renunciar às pulsões sexuais. Tem-se, então, a recusa à lei simbólica, típica do momento histórico marcado pelo processo de dessimbolização.

O estilo paranoico favorecido pelo processo de subjetivação neoliberal, por sua vez, leva a uma atuação a partir de uma certeza que não admite contraste ou contestação: para ele, admitir a simples possibilidade de estar errado já significaria uma renúncia ao gozo, o que seria inadmissível. Ao não reconhecer limites às pulsões, o indivíduo idiosubjetivado afirma um mundo sem lei e, ao mesmo tempo, um gosto por integrar grupos homogêneos que desconfiam de toda alteridade.

Desaparecendo ou enfraquecendo substancialmente o simbólico, desaparecem (ou ficam enfraquecidos) também os valores e os limites à ação humana. A lei torna-se uma construção imaginária tipicamente psicótica, ou seja: a lei passa a ser aquilo que o paranoico imagina que é certo e justo. A lei torna-se, ainda que inconscientemente, uma criação individual a partir da imagem que o indivíduo tem da “lei”, do “justo” e da “ética”. Para esse sujeito de estilo paranoico, as leis e os valores democráticos nunca representam dados a serem levados em consideração no momento da atuação no mundo-da-vida. No ambiente paranoico, desaparece a preocupação com o outro e com o comum, uma vez que a conduta de cada pessoa passa a depender de imaginários empobrecidos e egoístas.

No ambiente psicanalítico é comum a afirmação de que os discursos são laços sociais que funcionam a partir de limites e como formas de tratamento do real do gozo pelo simbólico. Discursos são sustentados pelo Nome-do-Pai (pelo não-do-pai que funciona como o primeiro limite imposto à criança). A ausência de limites torna o indivíduo que adere ao estilo psicótico avesso ao laço social. Não por acaso, o psicótico representa uma ameaça para qualquer ordem. Um eleitor psicótico, por exemplo, é uma ameaça à diversidade e à ordem democrática, isso não se dá em razão apenas de sua fala tendencialmente pulverizante e virulenta, mas principalmente porque suas atitudes desfazem as significações adotadas e as

conexões entre significantes e significados. No caso desse eleitor paranoico, a tendência ao gozo indomável pulveriza o sistema democrático e cria um novo “ordenamento” a partir das imagens que faz do que é correto, lícito, moral ou justo.

O estilo psicótico, adequado ao “progresso” capitalista, se mostra avesso ao laço social. Em certo sentido, o agir paranoico critica a viabilidade e utilidade do laço social, apontando a inconsistência da linguagem como garantidora da lei e do amor. Ao mesmo tempo, o sujeito paranoico tem uma postura rígida que o leva à identificação imediata com um significante ideal. Ao contrário do esquizofrênico, que apresenta distúrbios da associação de ideias, o paranoico é um intérprete e deseja “fazer sentido”. O eleitor paranoico, contudo, interpreta condicionado por suas certezas, ainda que delirantes. O paranoico fica retido por um significante. Significante, por definição, é tudo aquilo que os outros não são. Sua principal característica é ser somente diferença. Um significante não é o mesmo ao mudar de lugar, ao mudar de contexto. Em toda identificação há um traço distintivo: o traço unário, mencionado por Lacan. Há o “Um” que reúne, o “Um” que institui a norma, o “Um” da Lei. Na psicose, o sujeito ocupa a posição desse “Um”, ele é o Um, a que tudo se refere, a exceção a qualquer norma, o lugar de onde se origina a lei. Essa onipotência internalizada pelo psicótico é um dos sinais da ruptura do sujeito com a realidade. O eleitor paranoico cria uma realidade paralela, um sistema social em que ocupa a posição de “Um”, daquele que tudo sabe e tudo pode, daquele que diz o que é justo.

O processo de dessimbolização do mundo coloca uma questão: todos estão loucos? A paranoia tomou conta de cada um? Os sistemas são feitos de psicóticos? Por evidente, não. Mutações subjetivas não podem ser tomadas por quadros clínicos individuais. Ademais, pode-se pensar no fenômeno da “foraclusão local”, ou seja, da foraclusão que se manifesta em apenas um aspecto da vida, sugerida por Juan-David Nasio. Mas, evidentemente, o processo de idiosubjetivação potencializa-se diante de quadro mentais paranoicos, para lógicas paranoicas de atuação no mundo-da-vida.

Em um mundo cada vez mais dessimbolizado, em que a “verdade” e a “liberdade”, valores democráticos, passaram a ser tratadas como objetos negociáveis, desaparecem os limites éticos e legais que condicionavam as pessoas.

Um mundo dessimbolizado permite o retorno e a naturalização do libertarianismo defendido pela equipe econômica de Bolsonaro, o crescimento do fanatismo religioso útil aos seus aliados e a criação de inimigos imaginários (como os “esquerdistas” e a “ameaça comunista”). A liberdade acaba reduzida à liberdade de ter, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade, ao mesmo tempo em que rejeita os laços de solidariedade social. Apenas um mundo dessimbolizado opera com a dicotomia liberdade versus igualdade, quando na realidade esses valores não são necessariamente contraditórios. Apenas um mundo dessimbolizado substitui tanto a fé autêntica pela verdade revelada, que interdita diálogos, quanto as ideias cristãs de libertação e caridade pelos valores individualistas da chamada “teologia da prosperidade”, a partir da qual milagres são negociados e a fé apresentada com um investimento destinado à obtenção de sucesso pessoal e aquisição de bens materiais. Apenas um mundo dessimbolizado convive com a aceitação acrítica de mentiras, *fake news* e a demonização dos adversários políticos.

No ambiente paranoico, a “certeza” cega do que se pensa e do que se faz leva a distorções que comprometem a dimensão material da democracia, aquela que diz respeito à defesa dos direitos e garantias fundamentais. Tem-se uma espécie de fantasia tóxica, no qual várias pessoas são chamadas a atuar.

### **Ignorância como matéria-prima**

Ignorância, por definição, é o estado de quem não tem conhecimento ou cultura: um desconhecimento por falta de estudo, experiência ou prática. Todos nascem ignorantes e, em certo sentido, essa é a nossa identidade original. Mudar esse estado, ou não, sempre foi uma opção política tanto quanto o resultado de um esforço pessoal.

E, mesmo após grande esforço, sempre restará algo desse ignorância original. A relação entre a realidade, essa trama que envolve o simbólico e o imaginário, e o conhecimento sempre expõe a questão: o que podemos conhecer? Existem limites ao conhecimento; algo sempre escapa à razão. Há um desconhecimento que resiste à vontade de conhecer.

É possível identificar a ignorância que persiste “no interior do conhecido e do que conhece”, isso porque o que elucida “se torna obscuro sem deixar de elucidar”.<sup>13</sup> Mesmo a adoção de um método, na busca por meios aptos a elaborar o maior e mais pertinente conhecimento possível, não impede o reconhecimento de limites, riscos de erros ou ilusões no ato de tentar superar a ignorância.

Até o evidente, aquilo que independe de provas, contém algo que não pode ser conhecido e que escapa à representação. A verdade está no todo, mas o conhecimento é sempre parcial, como percebeu o jurista Francesco Carnelutti, influenciado pela leitura de Martin Heidegger. Isso, porém, não significa (ou, ao menos, não deveria significar) o abandono do valor “verdade” na relação com o mundo da vida. Os que acreditam ter chegado à “verdade” (e a verdade seria revelada através dos significantes “Deus”, “Mercado”, “Dinheiro”, “Razão”, “Ciência” etc.), da mesma forma que aqueles que abandonaram o valor “verdade”, não percebem a ilusão e os riscos que cercam suas crenças.

A ciência, mesmo com os seus pressupostos que a diferenciam do “achismo”, também tem uma dimensão ideológica capaz de reforçar ilusões, velar ignorâncias e falsas percepções da realidade. Basta lembrar que, até pouco tempo, o racismo era “justificado” pela Ciência e a dominação masculina pelo Direito. Aliás, hoje já é possível afirmar que o que caracteriza o pensamento científico é justamente a possibilidade de falhas, a operação intelectual que envolve “tentativas” e “erros”. Tem-se, ainda, evidenciado o caráter de descontinuidade do conhecimento científico, que leva mais às rupturas com o “saber de ontem” do que ao acúmulo progressivo de saber.

Como percebe Edgar Morin, “os fabulosos progressos dos conhecimentos científicos revelaram constantemente camadas cada vez mais amplas e profundas de ignorância; a nova ignorância é diferente da antiga, que vem da falta de conhecimentos; a nova surge do próprio conhecimento”.<sup>14</sup> De igual sorte, aqueles que projetam sua “razão” como a luz do universo tendem a considerar tudo o que

---

<sup>13</sup> MORIN, Edgar. Conhecimento, ignorância, mistério. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020, p. 9.

<sup>14</sup> MORIN, Edgar. Conhecimento, ignorância, mistério. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020, p. 17.

escapa às suas racionalizações como obscurantismos e ilusões de ignorantes, tornando-se, porém, ignorantes e irracionais em meio à ilusão racionalista.

O próprio conhecimento produz novas questões que precisam ser também respondidas. No movimento pela superação da ignorância, mais importante do que a descoberta e o conhecimento produzido (que sempre levam a novos desconhecidos e ao reconhecimento de novos mistérios e, portanto, de novas ignorâncias), é a capacidade de produzir interrogações ininterruptas. Hoje, porém, as pessoas deixaram de produzir interrogações.

Por muito tempo, havia consenso de que era necessário superar a ignorância para desenvolver as potencialidades de cada indivíduo e fortalecer a sociedade. Mesmo a abstração do “homem econômico”, transformado em modelo do “indivíduo desejável” a partir do liberalismo clássico, supõe uma pessoa que superou a ignorância para se tornar capaz de calcular as vantagens pessoais que possa obter a partir de suas decisões e ações. Em apertada síntese, a ignorância, até bem pouco tempo, era vista como uma negatividade. Mesmo as pessoas mais ignorantes procuravam fingir algum tipo de conhecimento diferenciado ou de erudição. Hoje, ao contrário, passou a ser percebida como uma positividade e tratada como um valor a ser cultivado.

A ignorância é um estado que possui valor porque pode ser explorada tanto no plano econômico quanto no plano político. É a matéria prima para um processo de subjetivação que não enfrentará resistência de valores como a “verdade”, a “solidariedade”, a “inteligência”, a “lógica” etc. A partir da ignorância é possível potencializar tanto o mercado quanto a adesão acrítica a um regime político. Manter a ignorância tornou-se, então, uma das principais metas da “arte de governar”.

A produção da ignorância e o reforço dos preconceitos encontrados em uma sociedade, portanto, produzem ganhos políticos, financeiros e eleitorais, além de reforçar e manter privilégios de classe, gênero, raça e plasticidade. A constatação de que o pensamento reflexivo e o conhecimento são bloqueados e sabotados de maneira intencional, existindo investimentos de grandes recursos nesse sentido, levou à agnotologia, um campo de estudo que tem por objeto a produção da ignorância de forma intencional.

Diante da valorização econômica da ignorância, o “homem ignorante” é ressignificado e passa a ser percebido como o tipo-ideal de cidadão: aquela pessoa que se caracteriza pela simplicidade com que todos podem se identificar; aquele cidadão que não representará risco aos interesses dos detentores do poder econômico. A “educação” e a “cultura”, por sua vez, começam a ser tratadas como ameaças que precisam ser afastadas. Instaure-se, assim, um novo modo de governo, mais eficaz e barato: o governo para e pela ignorância.

Com a demonização da educação e da cultura (percebidas como atividades degeneradas e “ideológicas”), aparece o indivíduo com orgulho de ser ignorante, como demonstra a adesão sem reflexão às posturas anti-intelectualistas em voga na sociedade. Em uma curiosa inversão valorativa (e, com toda manifestação ideológica, não percebida enquanto tal), o intelectual (aquele que se diferencia por um saber específico) torna-se objeto de reprovação social, enquanto aumenta a ode à ignorância e a espetacularização do desconhecimento.

Diante desse quadro, cada vez mais pessoas buscam se expressar a partir de uma linguagem empobrecida, com o recurso a slogans, frases feitas, chavões, jargões e construções gramaticalmente pobres, com o objetivo de serem compreendidas e contarem com a simpatia de interlocutores que eles supõem serem ignorantes. A orientação para os governantes, a oposição, os jornalistas, os magistrados, os gerentes e diretores de grandes empresas é a de se limitar a formulações simples (sujeito-verbo-complemento) e utilizar um vocabulário pobre para conseguir a atenção de um auditório que eles acreditam (e agem para tornar) cada vez mais inculto.

Revisitar um discurso ou uma conferência de imprensa dos principais políticos do século passado, e compará-los com as dos eleitos de hoje, gera profundo incômodo. A questão ultrapassa limites territoriais ou ideológicos: para não falar do Brasil, basta comparar as manifestações públicas do General De Gaulle ou de François Mitterrand, que nunca foram tidos como geniais, com as de Nicolas Sarkozy e François Hollande. A redução dos standards de conhecimento e educação necessários para chegar ao poder salta aos olhos. Mesmo entre os presidentes brasileiros entusiastas da ditadura militar, a diferença se faz visível, basta analisar a distância intelectual entre Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Os déficits culturais são evidentes tanto entre os eleitos quanto entre os eleitores. O desconhecimento de Jean Valjean e dos irmãos Karamazov é proporcional ao crescimento do capital político de atores pornô fracassados, cantores de qualidade duvidosa, juízes suspeitos e jovens dirigentes de milícias virtuais especializados em ofender e divulgar *fake news*. As mesmas pessoas que desconhecem a *Ilíada* de Homero são os que gritam as palavras “mito” e “herói” para defensores da tortura, de ilegalidades e das ditaduras militares latino-americanas.

Em um clima de indignância intelectual, qualquer personagem saído de um circo de horrores ou de um programa de auditório brasileiro (igualmente horrível, por explorar a pobreza e a desgraça) pode chegar à presidência da República. Basta pensar que a cada campanha eleitoral diminuem o número de palavras e verbos utilizados nos debates e nos programas de governo. Os debates televisivos entre os candidatos, com suas regras que inviabilizam a formulação de ideias e a exposição de argumentos com alguma profundidade, são outros exemplos que sinalizam a falta de importância do conhecimento, tanto à direita quanto à esquerda, no campo político.

Nas grandes empresas, não é diferente. Métodos de “gerência” importados dos Estados Unidos buscam bloquear a reflexão e otimizar a alienação para fazer dos trabalhadores meros autômatos. Alguns sintomas desse incentivo à ignorância no ambiente das grandes empresas são facilmente percebidos, tais como o abuso do PowerPoint (para orientar as formas de atuação dos empregados a partir de imagens pensadas para pessoas incapazes de interpretar um texto), a contratação de consultores externos (diante do reconhecimento da incapacidade do pensamento no ambiente da empresa), etc.

Também no campo do jornalismo a perda da qualidade intelectual é perceptível. Não é uma obra do acaso, isso porque para a manutenção da ignorância é necessário atacar tanto a educação quanto a liberdade de expressão. A standardização e a uniformização dos conteúdos jornalísticos, somadas à precarização da profissão de jornalista e à concentração de poder nos blocos midiáticos (dominados por empresários sem preocupações filantrópicas), compõem o retrato da derrocada do jornalismo em todo o mundo. A necessidade de manter o emprego e o desejo de atender aos detentores do poder econômico

comprometem a qualidade da informação e impossibilitam que determinados assuntos, notícias ou reflexões, que não interessem aos patrões, sejam veiculados. Cada vez mais são “fabricados” jornalistas ignorantes para produzir desinformação e, assim, divulgar/produzir ignorância. A opção por oferecer informações e discursos simplificados, de priorizar o fútil e o insignificante em lugar da informação e da reflexão, também são uma opção política tanto dos empresários que controlam os meios de comunicação quanto da pequena casta de jornalistas que exercem postos chaves no mercado da produção de notícias.

É preciso reconhecer a vitória, ainda que provisória, da ignorância. O reconhecimento da derrota da inteligência e a identificação dos mecanismos e funcionalidades da gestão da ignorância são os antecedentes lógicos da reflexão e da criação de estratégias que recuperem a importância da educação e da cultura na construção de uma sociedade menos injusta (e, portanto, mais inteligente).